ATA DA 1º (PRIMEIRA) REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4º (QUARTA) SESSÃO LEGISLATIVA DA LEGISLATURA 2017/2020, realizada no dia quatro de fevereiro de dois mil e vinte, sob a presidência do Sr. Ver. Florisvaldo José de Souza. Havendo número legal o Sr. Presidente declarou, em nome de Deus, aberta esta reunião às dezenove horas e dez minutos. Foi executado o Hino de Patrocínio. A mensagem bíblica foi lida pela Sr.ª Ver.ª Adriana Fátima de Paula Magalhães. Estavam presentes, na primeira chamada, os (as) Srs. (as) Vereadores (as): Adriana Fátima de Paula Magalhães; Carlos Alberto Silva (Carlão); Joel da Silva Carvalho; José de Arimatéia Neves; José Roberto dos Santos (Salitre); Marcilene Jacinto Queiroz; Neuza Mendes; Paulo Roberto dos Santos (Panxita); Raquel Aparecida Rezende Morais; Roberto Margari de Souza; Ricardo Antoni Rodrigues (Balila), Rogério Moreira Silva (Rogério Nelis) e Thiago Oliveira Malagoli. As Atas da 6ª (Sexta) Reunião Ordinária da 3ª (Terceira) Sessão Legislativa e da 1ª (Primeira) Reunião Extraordinária da 4ª (Quarta) Sessão Legislativa, ambas da Legislatura 2017/2020, foram aprovadas por unanimidade. Não houve leitura de correspondências. Foram apresentados, sem discussões, e encaminhados à Comissão de Legislação, Justiça e Redação, para a emissão dos devidos pareceres, os seguintes processos: Processo de Lei nº 425/2019 – Dispõe sobre a obrigatoriedade da municipalidade plantar 20 (vinte) árvores a cada corte de uma árvore, no âmbito do Município de Patrocínio e dá outras providências (autor: Ver. Thiago Malagoli); Processo de Lei nº 426/2019 – Autoriza o Poder Executivo a criar o Programa de incentivo à correção da acidez do solo para o Município de Patrocínio-MG e dá outras providências (autor: Ver. Ricardo Balila); Processo de Lei nº 427/2019 – Dispõe sobre a proibição dos hipermercados (atacados), efetuarem conferência das compras dos clientes após o pagamento, no Município de Patrocínio e dá outras providências (autor: Ver. Thiago Malagoli); Processo de Lei nº 428/2019 – Dispõe sobre fixação de horário mínimo de atendimento ao público nas agências bancárias localizadas no Município de Patrocínio-MG (autor: Ver. José de Arimatéia); Processo de Decreto Legislativo nº 173/2019 — Concede Título de Cidadão Honorário ao Pastor Ronaldo Donizete Sabino (Ver. Roberto Margari); Processo de Decreto Legislativo nº 174/2019 – Concede Título de Cidadão Honorário ao Sr. Rogério Rodrigues Marins (Ver. Prof. Alexandre Vitor Castro da Cruz). ORDEM DO DIA. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO ÚNICA. O Sr. Ver. Thiago Malagoli disse que a Indicação nº 1450/2020 estaria prejudicada por ter o mesmo teor da Indicação nº 1005/2019. Foram APROVADAS, por unanimidade, as seguintes <u>INDICAÇÕES</u>: De autoria do <u>Sr. Ver. Rogério</u> Nelis: nº 1440/2019, ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal solicitando a análise sobre a possibilidade de emendar os feriados do Natal e Ano Novo. De autoria da Sr.ª Ver.ª Marcilene Jacinto Queiroz: nº 1441/2019, ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal solicitando a aquisição do terreno no fundo da Escola Estadual Joaquim Marques para a construção de um Centro de Educação Infantil na comunidade de Martins. De autoria do Sr. Ver. Thiago Malagoli: nº 1442/2019, ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal solicitando a observação e adequação da Rede Municipal de Educação à recente Lei nº 13.935/2019, que "dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e serviço social na rede pública de educação básica"; nº 1443/2019, ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal solicitando a disponibilização de um auxiliar administrativo para executar o serviço burocrático e documental do Conselho Tutelar; nº 1445/2020, ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal solicitando a apreciação e regularização dos cargos de "Monitoras da Educação Infantil"; nº 1446/2020, ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal solicitando a realização de um mutirão de catarata, visando atendar a demanda na rede pública de saúde; nº 1449/2020, ao

Exmo. Sr. Prefeito Municipal solicitando a análise de concessão mensal do valor do cartão de alimentos de forma a beneficiar os servidores públicos municipais. De autoria do Sr. Ver. Florisvaldo José de Souza (Valtinho): nº 1444/2020, ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal solicitando o refazimento da rotatória do cruzamento da Av. Rui Barbosa com a Rua Roberto Leão, no bairro Cruzeiro da Serra, próximo à Patrodiesel; nº 1452/2020, ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal solicitando a promoção no município de um mutirão de cirurgias ginecológicas; nº 1453/2020, ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal solicitando melhorias na estrutura física da UBS do bairro Matinha, bem como ampliação como cobertura/telhado ao redor; nº 1454/2020, ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal solicitando um mutirão de cirurgias de varizes. De autoria da Sr.ª Ver. Adriana Fátima de Paula Magalhães: nº 1447/2020, ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal solicitando a contratação de uma monitora para o Centro de Educação Infantil Recanto Feliz. De autoria do Sr. Ver. Ricardo Balila: nº 1448/2020, ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal solicitando a construção de uma Praça da Saúde no bairro Nossa Senhora de Fátima; nº 1451/2020, ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal solicitando a contratação de médicos pediatras para prestar atendimento nos postos de saúde municipais. De autoria do Sr. Ver. José de Arimatéia Neves: nº 1450/2020, ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal solicitando o envio a esta Casa de projeto de lei que "institua a declaração municipal de direitos de liberdade econômica, estabelece normas e procedimentos para atos públicos de liberação de atividade econômica no município de Patrocínio" (prejudicada). Foram APROVADAS, por unanimidade, as seguintes MOÇÕES DE APLAUSOS: De autoria do Sr. Ver. Paulo Roberto dos Santos (Panxita): nº 492/2019, ao Sr. José Adilson Vieira. De autoria do Sr. Ver. José Roberto dos Santos (Salitre): nº 493/2020, ao. Sr. Bruno Ferreira Nunes, ex-presidente da APAE Patrocínio nos mandatos de 2014/2016 e 2017/2019. De autoria do Sr. Ver. Joel da Silva Carvalho: nº 494/2020, ao Sr. Nilson Paulo de Lima, pelo incentivo à saúde, que estará palestrando na 3ª Maratona do Café do Cerrado Mineiro. De autoria do Sr. Ver. Carlos Alberto Silva (Carlão): nº 495/2020, ao Sr. Sinvaldo Maurício Bassimo, árbitro no Torneio da Paz realizado no bairro Serra Negra. O Sr. Ver. José de Arimatéia Neves disse que a lei de liberdade econômica foi sancionada em dezembro, logo Indicação de 2 (dois) anos atrás deveria ser atualizada e não poderia contemplar as situações determinadas na lei; que o argumento do vereador Thiago deveria ser revisto. O Sr. Ver. Thiago Malagoli disse que o Dr. Ari tinha razão, mas que o debate quanto à liberdade econômica começou em maio de 2019 com o Decreto Presidencial; que já havia uma Medida Provisória; que hoje é o Dia Mundial do Câncer; que é preciso estimular a discussão sobre o tema, principalmente quanto à prevenção; que foi o vereador que mais destinou recursos ao HC juntamente com o deputado Weliton Prado e a Administração; que já estão na conta do hospital R\$ 35.445,83 (trinta e cinco mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e oitenta e três centavos); que serão 12 (doze) parcelas devido à Lei MROSC; que se esforçará para que Patrocínio tenha um HC regulamentado. O Sr. Ver. Ricardo Balila disse que não sabe qual o trâmite para que os postos sejam abertos mais cedo para que a população não fique do lado de fora, mas que pede à Administração que tome alguma providência; que é um absurdo o povo ficar, inclusive, debaixo de chuva; que todos os dias lhe pedem atendimento por pediatras nos postos; que é inviável as mães dos bairros terem de ir somente até o Pronto Socorro; que a rotatória do bairro Nossa Senhora de Fátima está esquecida pela Administração. O Sr. Ver. Paulo Roberto dos Santos (Panxita) disse que não é muito favorável a moções de aplausos, mas que fica sentido de ver o Sr. Adilson, já de idade, tomar conta sozinho da avenida Jorge Elias

Abraão, desde a Rua Rio Branco, capinando, varrendo e plantando; que nem as crateras são tampadas pela Administração; que é preciso averiguar o motivo pelo qual o Rodrigo foi retirado da Direção da escola do bairro Eneias. O <u>Sr. Presidente</u> disse que entrou em contato tanto com o Rodrigo quanto com a Superintendência de Ensino; que a exoneração foi feita por questões internas, mas que já comunicou ao Prefeito, que entrará em contado com o deputado Bosco. A Sr.ª Ver.ª Adriana Fátima de Paula Magalhães disse que em seu gabinete a demanda por cirurgia de varizes é grande; que somente 4 (quatro) são realizadas no mês; que já entrou em contato com a Secretaria, mas sem retorno, ainda; que também é preciso tomar providências quanto às cirurgias ginecológicas; que se for contratada mais uma monitora na creche do bairro Boa Esperança a mesma poderá receber mais 8 (oito) crianças; que já havia solicitado a ampliação do espaço para atendimento de muitas outras crianças; que também foi procurada pela situação do Diretor Rodrigo, que não sabe o motivo pelo qual foi exonerado; que encaminhou ofício ao deputado Gustavo Santana, uma vez se tratar de assunto estadual, para que tente descobrir o porquê; que o Rodrigo estava no segundo mandato, tendo sido eleito pelos pais. O Sr. Ver. Thiago Malagoli disse que através dos deputados Weliton e Elismar Prado descobriu que o Rodrigo foi exonerado com fundamento do art. 106, alínea "b", da Lei 869/1952; que foi questão política estadual; que a lei tem 68 (sessenta e oito) anos e o fundamento foi absurdo; que já oficiaram ao Secretário Estadual de Educação; que proporá Moção de Repúdio por esta exoneração; que a maioria dos pais elogiam o trabalho do Rodrigo; que o critério foi exclusivamente interesse político do governo estadual e uma perseguição. O Sr. Ver. José de Arimatéia Neves disse que entende tratar-se de prerrogativa do Estado nomear e exonerar em cargos comissionados, mas que duvida que o Governador Zema esteja a par da demissão de um diretor de uma escola de bairro de Patrocínio; que essa decisão veio daqui, da Superintendência de Ensino; que não houve justificativa plausível; que é preciso ter transparência ao prestar contas ao povo; que errar é humano, mas não se pode humilhar as pessoas e debochar dos mais humildes; que se houver transgressão de regras, que seja feita uma reunião e não uma atitude como essa; que a fila de atendimento nos postos não é só no bairro Eneias, que não são só os moradores de lá que estão sendo penalizados; que também nos demais bairros as pessoas não têm conseguido fichas, apesar de chegarem cedo; que o posto do Eneias se tornou pequeno, porque atende outros bairros do entorno; que esta semana ouviu na Secretaria de Saúde, da Coordenador do PSF, que não está havendo falta de médicos nem de consultas; que não há limite de atendimento para os médicos e que o controle de consultas é da Secretaria, porque eles são obrigados a atender todo mundo; que, sendo assim, não compreende o motivo das filas; que apesar de estar sendo construído um novo Pronto Socorro e de inaugurar outro posto de saúde é preciso também haver estrutura operacional; que não basta atender a população, mas atender com qualidade; que nesse governo nunca teve pediatra no Pronto Socorro; que o atendimento é feito pelo plantonista, que se necessário chama o pediatra posteriormente; que não luta contra o governo, mas pela qualidade dos serviços. A Sr.ª Ver.ª Marcilene Jacinto Queiroz disse que o Prefeito, enquanto deputado estadual, atendeu o clamor dos moradores do bairro Eneias com a escola, inclusive denominando a mesma de Terezinha Moreira Marra; que o bairro Jardim Sul, além da creche, terá uma nova escola; que a questão atual é específica e de nível estadual; que temos de agradecer pelo nível de escolaridade que temos no município, trabalho realizado pela Superintendente; que há muitos pedidos no sentido

de ter período de tempo escolar integral, o que beneficiará a população; que já fez 2 (dois) pedidos para cobertura da UBS dos bairros Eneias e Santa Terezinha. A Sr.ª Ver.ª Neusa Mendes disse que apoia as comunidades de Jardim Sul e Eneias; que participou da posse do Diretor Rodrigo na Escola Terezinha Marra; que tem ciência da capacidade dele de dirigir a escola; que tem conhecimento de como funciona o processo de direção de escola, porque já foi Diretora por 2 (dois) mandatos; que houve uma prova seletiva e a apreciação da comunidade; que o governo estadual não tem justificativas porque a lei lhe permite, o que não faz sentido, uma que vez que não necessitaria, então, de processo seletivo; que os vereadores não têm força para intervir, mas que é preciso entrar em contato com a Superintendência; que o pedido de exoneração não deve ter vindo de "cima para baixo", mas de "baixo para cima"; que o Governador não deve estar sabendo mesmo; que o fato de não ter cumprido algum pedido não é motivo para exoneração; que poderia ter havido tão somente uma advertência, não exoneração; que se ele fosse ocupar algum cargo no município ele próprio teria pedido a exoneração, então o motivo não foi esse; que a reversão não cabe aos vereadores, mas que estava à disposição; que faz questão de assinar a Moção de Repúdio. O <u>Sr. Ver. Rogério Nelis</u> disse que solicitou a redistribuição da população em relação ao posto de saúde do bairro Eneias para que o mesmo seja desafogado devido à sua própria estrutura e quantidade de funcionários; que todos poderiam oficiar em conjunto ao Secretário de Saúde para que seja o realocamento, uma vez que tem conhecimento de que mais de 20.000 (vinte mil) pessoas, moradores dos bairros vizinhos, procuram atendimento no posto mencionado, que não tem estrutura física para tal. O Sr. Ver. Ricardo Balila disse que o vereador Ari deveria, como médico humanitário, ir até o posto às 5h30min da manhã, sem se interessar pela parte financeira, e fazer o "médico itinerante"; que solicitava ao Prefeito o envio a esta Casa de projeto de lei concedendo subvenção para a ADA; que há emenda parlamentar já depositada para esta destinação, mas que a associação não tem o CNES para receber tal valor; que é preciso dar atenção também aos animais do município. GRANDE EXPEDIENTE. O Sr. Ver. Paulo Roberto dos Santos (Panxita) disse que os R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) que serão gastos na festa gratuita da cidade deveria ser utilizado na saúde; que esta Casa nem pode argumentar quanto a esta decisão; que não se sabe a destinação exata deste valor; que não entende de leis, mas tem conhecimento de que o Prefeito é quem indica o Superintendente de Educação; que ele deve ter sido o responsável pela exoneração do Rodrigo para resgatálo dentro da Prefeitura; que ninguém sabe exatamente a verdade; que ligará para a deputada Greyce; que ninguém fala sobre o aumento de 4,48% (quatro inteiros e quarenta e oito centésimos por cento) na tarifa do coletivo através de Decreto, nem mesmo o vereador Thiago, que já havia dito que não aceitaria aumento nesse sentido; que um projeto de autoria do vereador Thiago, já considerado inconstitucional pela Mesa Diretora, está novamente tramitando; que aguardará para ver se o mesmo será aprovado agora que ele está do lado do Prefeito; que apesar disso é favorável ao projeto referente ao plantio de árvores; que essa política é "podre" e indigna; que sempre foi contra festa de graça enquanto a cidade não oferece emprego à população, porque o dinheiro poderia ser dividido entre as entidades falidas; que todos aceitam calados tudo o que acontece com receio de perseguição ou "rabo preso". O Sr. Ver. Thiago Malagoli disse que desde 2005 faz parte de um grupo só; que foi eleito sozinho em seu partido, mas na base do governo, embora tenha seu próprio posicionamento; que o vereador Panxita foi para outro grupo, mesmo assim não diz que ele mudou de lado; que é injusto,

porque ele continua fazendo cobranças, a ex. das monitoras; que pediu para não votarem aumento no transporte, mas que o mesmo é feito através de Decreto, não havendo nada que ele possa fazer a não ser apresenta Indicação, como já foi feito; que nunca votou a favor de reajustes. O Sr. Ver. Paulo Roberto dos Santos (Panxita) disse que mencionou o aumento através de Decreto como também que o vereador Thiago deve continuar defendendo a ausência do aumento; que não se sabe quanto é gasto com o transporte referente aos servidores da Prefeitura, pago a empresa da família do Prefeito, embora já tenha solicitado tal informação; que falta transparência; que já trabalho do lado do Dr. Lucas e do Betinho, mas nunca falou mal deles, tendo sido candidato do lado do Deiró, mas que nunca foi dependente de nenhum dos 3 (três); que por isso pode mudar de grupo sem receio; que acredita na idoneidade do vereador Thiago, mas que falará a verdade sempre. O Sr. Ver. Thiago Malagoli disse que apesar das divergências nunca mudou de lado; que fala a voz do povo; que aguarda, inclusive, a aprovação do transporte alternativo; que o desgaste foi tão somente dele, mas que sempre foi claro com a população; que hoje tem o privilégio de poder resolver as questões dentro do gabinete do Prefeito; que quanto ao transporte é preciso ingressar com ação judicial, assim como fez em relação à taxa de esgoto; que o que é dito nesta Casa tem peso junto à sociedade, logo é preciso ter cuidado com as palavras; que ele atua fazendo o papel fundamental do vereador trazendo recursos ao município. A <u>Sr.ª</u> Ver.ª Adriana Fátima de Paula Magalhães disse que é parceira do Hospital do Câncer e da APAE, tendo também trazido recursos para as entidades; que o Presidente deveria oficiar à Superintendência, com assinatura de todos, solicitando respostas quanto à exoneração do diretor. O Sr. Presidente declarou, em nome de Deus, encerrada esta reunião, da qual lavrei esta Ata que, lida e julgada conforme, será assinada pelos (as) senhores (as) vereadores (as) presentes. Palácio do Legislativo, Sala das Sessões, em quatro de fevereiro de dois mil e dezenove.

Andréia Côrtes Pereira Queiroz